

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

do, acentuando o ca
cia social; a sociolo
a oposição entre o
as comunidades, t
am novas análises s
estruturantes e disp

História das Instituições II (1885-1974)

(SIGLAS – ARCL, Academia Real das Ciências de Lisboa; ARC, Academia Real das Ciências; DHP, *Dicionário de Historiadores Portugueses*; DHPJS, *Dicionário da História de Portugal*, Joel Serrão; FD, Faculdade de Direito; FDUC, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; FDUL, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; FEUP, Faculdade de Economia da Universidade do Porto; FLUC, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; FLUL, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; FMUP, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; UC, Universidade de Coimbra; UE, Universidade de Évora; MJ – Ministério da Justiça)

Mas, até ao final do século XIX, o caso mais notável é, sem dúvida, Henrique da Gama Barros (1833-1925) com a sua *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV* (4 Tomos, 1885-1922). Com formação jurídica e uma atividade profissional ligada à administração pública (Conselheiro do Tribunal de Contas depois de ter passado pelo município de Sintra, governo civil de Lisboa e Supremo Tribunal Administrativo), a sua obra foi realizada entre 1865 e 1925, período de consolidação da escola positivista. Indispensável ao estudo das instituições medievais, a obra tinha, no seu entender, o intuito de “apresentar a administração pública em Portugal sob todos os seus aspetos” (Tomo I, Prefácio.), isto é, para compreender os mecanismos da administração não bastava conhecer o direito que a regia, era necessário penetrar no “âmago da sociedade” e abordar também os problemas da propriedade e da justiça civil e criminal. Assim se explica que a um primeiro tomo que se ocupa do Direito (escrito e tradicional) e da Administração Central, se sigam outros três que percorrem a “situação económica do país”, designação que abrange a população e as suas relações com a propriedade, a agricultura, a pesca, a indústria e o comércio interno e externo, incluindo a legislação e os impostos relacionados com a produção e o comércio, o sistema de pesos e medidas e a sua evolução ao longo dos tempos.

Gama Barros terá planeado uma “História Geral da Administração” que constituísse a primeira parte de um tratado de Direito Administrativo Português, mas ficaria pelo século XV, deixando de fora instituições tão importantes como as municipais, as judiciais e as militares. Todavia, é com bastante profundidade que analisa o direito medieval, desde o Código Visigótico ao Direito Romano e Canónico, passando pelos forais e pelo direito consuetudinário. As instituições político-administrativas são sistematicamente abordadas, percorrendo a organização do poder central, da Casa Real e dos conselhos do rei, e as Cortes são



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

analisadas enquanto instituição limitadora dos poderes régios. Apesar de incompleta, a obra de Gama Barros viria a tornar-se de consulta obrigatória e a influenciar os historiadores das instituições administrativas como evidencia a reedição dirigida por Torquato de Sousa Soares (1945-1954). Contudo, no plano metodológico não é inovadora na medida em que utilizou poucas fontes de arquivo, usou, sobretudo, coleções de legislação, as crónicas de Fernão Lopes, Azurara e Rui Pina, as *Ordenações Afonsinas*, *Monarquia Lusitana*, as *Provas da História Genealógica* de D. António Caetano de Sousa, do Visconde Santarém, as *Memórias para a História*, e *Teoria das Cortes Gerais* e o *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas*. Cita, por vezes, o grupo dos académicos da ARCL (Anastásio de Figueiredo, Aragão Morato e João Ribeiro) e faz muitas remissões para o *Elucidário*. Só no capítulo sobre a administração geral usa documentação das Chancelarias e Leitura Nova.

Para o final da monarquia constitucional haverá que referir os historiadores Costa Godolfim (1842/1912) com *As Misericórdias*, (1897); Tomás Maria de Almeida Manuel de Vilhena (1864/1932) *A Casa de Bragança, Memória Histórica* (1886); Eduardo Freire de Oliveira (1841/?) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1882; José Veríssimo Álvares da Silva (1744/1811), *Memoria sobre a forma dos juízos nos primeiros séculos da Monarquia Portuguesa*, 1796; Eduardo Dally Alves de Sá (1849/1906) *Supremo Tribunal de Justiça, Evolução histórica desta Instituição* (1872); Vítor Ribeiro (1862/1930), com a *História da Beneficência Pública em Portugal* (1907) e *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Subsídios para a sua história) 1498-1898, Instituição, Vida Histórica, Estado Presente e seu Futuro* (1902); Joaquim Thomaz Lobo d'Ávila (1822/1901), *Estudo de Administração* (1874); Justino António de Freitas (1804/1865), e o *Ensaio sobre as Instituições de Direito Administrativo Portuguez* (1859); José Frederico Laranjo (1846/1910), *Princípios e Instituições de Direito Administrativo* (1894); e Agostinho Albano da Silveira Pinto (1785/1852), *Exposição synoptica do systema geral da fazenda pública em Portugal* (1847).

No plano da cultura e da educação, a historiografia institucional Oitocentista também teve os seus cultores. Classificado por alguns como o “século das escolas”, a produção sobre assuntos educativos é muito abundante, onde predominam inúmeras monografias dedicadas a colégios, liceus, UC e as suas faculdades, mas os aspetos políticos e pedagógicos ultrapassam em larga escala as abordagens institucionais. As que procuraram, apesar de tudo, abranger as instituições educativas no seu todo são as de António da Costa, Adolfo Coelho e, particularmente, José Silvestre Ribeiro. Vejamos alguns destes historiadores.

Teófilo Braga (1843/1924) com a sua *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa* (1892-1902, 4 vols.) insere o aparecimento da Universidade no desenvolvimento cultural medieval europeu e divide a sua evolução em quatro períodos (séculos XIII a XV, XVI e XVII, XVIII e século XIX): “Porém, essa divisão não pode ser caracterizada unicamente pela vida interna ou transformação do estabelecimento litterario, porque a Universidade, como forma de ensino e instituição pedagógica do fim da Edade média, está ligada a toda a marcha da história moderna da Europa”.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Aborda praticamente todos os aspetos da organização da Universidade (estatutos, cadeiras, mestres e programas). As fontes que utiliza são fundamentalmente bibliográficas, documentos do arquivo da UC, cartas e documentos publicados nos Boletins Bibliográficos e legislativas.

Outro caso é Joaquim Augusto Simões de Carvalho (1821-1902) com a *Memoria Historica da Faculdade de Philosophia* (1872) onde faz uma resenha da história das ciências, procede a um resumo das épocas históricas até ao pombalismo para concluir a análise da evolução histórica da universidade enquanto instituição, focando em especial a Faculdade de Filosofia. Usa documentos do arquivo da UC, atas, relatórios, registos e fontes legislativas, embora nunca use referências às fontes.

Quanto a F. Adolfo Coelho (1847/1919) é de notar o conjunto de três artigos que publicou “Para a História da Instrução Popular” (*Revista de Educação e Ensino*, 1895). Cita fontes bibliográficas mas chama a atenção para a necessidade de consultar fontes de arquivo: “Por certo que muito mais se encontraria com investigações menos incompletas, sobretudo no exame dos arquivos”, constatando que antes do século XIV praticamente não há documentos e só a partir do século XV se encontram alguns sobre instrução popular e bastante mais relativos à UC e conventos. O centro da sua atenção é a reforma pombalina de que é um fervoroso admirador. Na obra *Alexandre Herculano e o Ensino Público* (1910), após ter analisado as fontes, critica o seu liberalismo individualista.

Sobre António da Costa (1824/1892), *A Instrução Nacional*, (1870) começa por abordar a necessidade da instrução popular e a sua relação com a liberdade, relaciona a instrução popular com a descentralização administrativa e termina com a organização do ensino e as suas fases evolutivas, realçando o Setembrismo e Passos Manuel. Na *História da Instrução Popular em Portugal desde a fundação da monarquia até aos nossos dias*, (1871) segue as mesmas diretrizes desde a época medieval.

José Silvestre Ribeiro (1807/1891) é autor do trabalho mais completo sobre instituições educativas e culturais, a *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, 1871. Começa com uma introdução sobre as origens e, depois, descreve as instituições por reinados a que acrescenta os infantes D. Luís e D. Maria. Com D. Catarina, mulher de D. João III, estuda os colégios que fundou, a UE e a UC com os seus colégios. Com D. Pedro II trata de várias academias, o mesmo acontecendo com D. João V. Com D. José aborda a reforma pombalina. Pratica a ordenação por índices e através das referências e notas verificamos que utiliza fontes bibliográficas, a *Monarquia Lusitana*, o *Elucidário*, variadas memórias da Academia, catálogos e colectâneas de legislação, documentos da UC, crónicas e livros antigos.

Pouco mais se poderá sinalizar sobre a historiografia institucional até ao final da I República para além de Borges Grainha (1862/1925), *Histoire de la Franc-Maçonnerie en Portugal (1733-1912)*, Lisboa, A Editora, 1913, e o trabalho de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, ilustrado* (7 vols 1904-1915). A



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

partir da ditadura militar e, sobretudo, durante o Estado Novo foram muitos os historiadores que publicaram temas institucionais o que nos obriga, na economia deste texto, a escolher os mais representativos.

Marcelo Caetano (1906-1981) que sucedeu na chefia do governo a Oliveira Salazar (1969) foi, enquanto professor de Direito Público na FDUL, o primeiro a cultivar a história administrativa em *A Codificação Administrativa em Portugal (Um Século de Experiência, 1836-1935)*, 1935. Começa com o decreto de 31 de dezembro de 1836 de Manuel da Silva Passos (Código Administrativo), faz uma abordagem ao sistema francês que influenciou Mouzinho da Silveira e disserta sobre outros códigos. É dele, também, o extenso trabalho sobre *Os antecedentes da Reforma Administrativa de 1832 (Mouzinho da Silveira)*, 1967. Debate a questão da periodização da história do direito que lançou, deste modo, a teorização sobre o modo de produção do processo legislativo e a definição das fases de consolidação que designava por «identidade da Nação». O seu Manual de Direito Administrativo (1937), usado no ensino, teve várias reedições. Outros temas que explorou foram os municípios, as colónias, as Cortes e o regime constitucional. Praticou, com inovação, a recensão bibliográfica de que é exemplar a crítica a *Três Livros sobre História da Administração Pública*, separata da revista da FD da UL, vol. IX, 1954, pp. 5-29). O primeiro, de Virgínia Rau (*A Casa dos Contos*) que passa em revista a contabilidade régia durante a primeira dinastia, o Regimento e as Ordenações da Fazenda (1516), o papel desempenhado pelos vedores da fazenda, a criação do Conselho da Fazenda (1591) e das juntas dos contos (1604). O segundo livro é sobre a comemoração dos 150 anos da criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (*Exposição histórica do Ministério das Finanças – Notícia histórica dos Serviços*) e o terceiro, de Francisco Paulo Mendes da Luz (*O Conselho da Índia*), a primeira tese de doutoramento em Ciências Históricas na UC. O trabalho cobre o período desde o secretário dos despachos e coisas da Índia (1530) até à criação do conselho. Um tema do agrado do próprio Marcelo Caetano que já tinha estudado o Conselho Ultramarino em vários momentos, nas *Notas para uma Memória sobre o Conselho Ultramarino*, 1938; *Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império*, 1943; *O Conselho Ultramarino: Esboço da sua História*, 1967; e, de certa maneira, também em “As reformas pombalinas e pós-pombalinas respeitantes ao ultramar. O novo espírito em que são concebidas”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*). O seu trabalho de síntese sobre *O Governo e a Administração Central após a Restauração*, na mesma *História da Expansão* (1940), evidencia um grande rigor e sistematização, vindo a ser muito utilizado por toda a historiografia. Procede a uma comparação entre o governo de Lisboa e o Conselho de Portugal (Madrid), bem como a articulação com as três secretarias de Estado. Faz um inventário da administração régia com destaque para o Conselho da Fazenda e Conselho da Índia (no seu entender uma cópia do Consejo Supremo de Índias, 1542) e revê as alterações durante o reinado de D. João IV, passando em revista conselhos, tribunais, juntas, o modelo de despacho e o processo de consultas. O mesmo aconteceu com os seus textos sobre as Cortes: *As Cortes de 1385*, 1951; *As Cortes de Leiria de 1254*, 1954; *Subsídios para a História das Cortes Medievais Portuguesas*, 1961. Também se



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

interessou pelos poderes municipais com trabalhos de grande qualidade, ainda hoje atuais, como *A Antiga Organização de Mesteres na Cidade de Lisboa*, 1942; *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia (1109-1383)*, 1950; *Regimento dos Oficiais das Cidades, Vilas e Lugares Destes Reinos*, 1955; *O Concelho de Lisboa na Crise de 1383-85*, 1953. Publicou também “O Município em Portugal” (*Revista Municipal*, nº 4, Lisboa, CML, 1940). No plano constitucional, haverá que referir a *História Breve das Constituições Portuguesas*, 1965; *História do Direito Português*, 1941 e *Lições de História do Direito Português*, 1961.

A tese de doutoramento de Francisco Paulo Mendes da Luz (1920/...), *O Conselho da Índia*, 1952, corresponde a um novo estilo por se tratar de uma longa monografia (649 pp), bem documentada com material de arquivo e bibliográfico, sendo, ainda hoje, de consulta obrigatória. Começa por analisar o papel desempenhado pelo Escrivão da Puridade (Pedro de Alcáçova Carneiro) que exerceu o cargo de secretário dos Negócios da Índia (desde 1530) até ser afastado (1568) e substituído pelos três secretários de estado (Índia, Reino e Despacho das Mercês). Depois ocupa-se do reinado de Filipe I, quando são extintas as vedorias e criado o Conselho da Fazenda (1591) para centralizar a administração dos rendimentos da fazenda real, descreve a estrutura e o funcionamento do Conselho da Fazenda e da Junta da Fazenda e o retorno às três vedorias com D. João IV (1641). Sobre o Conselho da Índia começa por referir a sua criação (1604), estrutura e competências, analisa de forma inovadora o conflito com o Conselho da Fazenda, de natureza política e administrativa, recenseia os principais problemas até o Conselho Ultramarino ganhar autonomia (1613), embora acabe por ser extinto por pressão política do Conselho da Fazenda e da Mesa da Consciência e Ordens (1614).

Paulo Merêa (1889-1977), o maior inovador na história e filosofia do direito, influenciado por M. Hauriou a quem faz uma recensão aos *Principes de droit public*, representa o primeiro eco de reação ao positivismo (1910), defendendo uma filosofia pluralista e crítica (ver *Lições de História do Direito Português*, 1923). Colaborou assiduamente na revista *Dionysos* onde participaram intelectuais do direito, filosofia, ciência e arte. A sua incursão na história institucional começou com *O Poder Real e as Cortes* (1923). No notável trabalho de síntese *Da Minha Gaveta, Os Secretários de Estado do Antigo Regime* (1964) descreve o processo de despacho régio na primeira e segunda dinastias com a intervenção do escrivão da puridade, secretários, Conselho de Estado, chegando a detalhar a tomada das resoluções e o desenho de todo o circuito de tramitação documental e apreciação política. O mesmo irá fazer para o domínio filipino com a intervenção do Conselho de Portugal em Castela, dissertando sobre o governo de Lisboa. Analisa depois a reforma das Secretarias de Estado (28 de julho de 1736) e o período pombalino com destaque para o Conselho de Estado e a sua composição, a evolução do Conselho da Fazenda, Erário Régio e a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (1790). Depois de abordar a ausência do rei no Brasil e os secretários da junta provisional do supremo governo, analisa as novas secretarias de estado (1821) e a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

criação do Ministério das Obras Públicas (1852). Colaborou na *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres e na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, edição monumental (1924) cujos contributos para diversos campos de interesse são referidos mais adiante.

Fortunato de Almeida (1869-1933) distinguiu-se pela monumentalidade do conjunto do seu trabalho. De formação jurídica (FDUC), foi professor liceal de história, simpatizou com João Franco e com os ideais do Estado Novo, juntamente com Alfredo Pimenta (1882-1950), António Sardinha (1888-1925), Caetano Beirão (1892-1968) e João Ameal (1902-1982). A sua *História de Portugal* (6 vols 1922-1929), obra de um só autor, recorre praticamente a fontes bibliográficas e não adianta nada de novo, como acontece com as suas colaborações na *História de Portugal* de Damião Peres e com a *História das Instituições em Portugal* (1903). A *História da Igreja* (8 vols., 1910-1928) é a sua mais importante contribuição, servindo-se, fundamentalmente, de documentos já compilados e publicados “dispersos em centenas de volumes” limitando a consulta dos arquivos a “determinadas épocas e assuntos”. Aborda numa forma exaustiva a evolução do cristianismo na Península, o clero e a sua constituição, a organização e as regras dos mosteiros, as publicações eclesiásticas, as relações entre a Igreja e o poder político, os concílios e abrange também os territórios ultramarinos. Todos os volumes têm anexos documentais e as notas são abundantes e eruditas.

Torquato Brochado de Sousa Soares (1903-1988), medievalista, foi o historiador *tout court* mais relevante do período. Depois de ingressar no curso de Ciências Histórico-Geográficas (FLUC) solicitou a transferência para a FLUP onde concluiu a licenciatura (1924) e ficou como docente, acumulando com os liceus Alexandre Herculano e Rodrigues de Freitas. Viria para Coimbra preparar o doutoramento (FLUC) como bolseiro do Instituto para a Alta Cultura, tendo como patronos Paulo Merêa e Damião Peres. Em 1935, com uma tese sobre a *Organização Municipal da Cidade do Porto durante a Idade Média*, obteve o doutoramento em Ciências Históricas. Desenvolveu a sua carreira docente na FLUC onde fundou a "*Revista Portuguesa de História*" (1941), responsável pela reprodução e divulgação de documentos medievais como atesta o seu trabalho "As cortes Portuguesas" (1943). Foi membro da Academia Portuguesa de História, da Academia de Ciências de Lisboa, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Real Academia de la Historia de Madrid e da Real Academia Gallega. As provas de agregação e catedrático (1962) assinalam a derivação para uma história política e social ("*Reflexões sobre a origem e formação de Portugal*"; "*Antecedentes da Crise de 1580*"). Entre 1965 e 1970 foi delegado do Reitor na Universidade de Luanda onde fundou a revista "*Estudos de Humanidades*".

Outros historiadores com trabalhos relevantes foram **Virgínia de Bivar Robertes Rau** (1907-1973), com o doutoramento em ciências históricas e filosóficas (1947), a sua obra *A Casa dos Contos*, 1951, marcou uma nova metodologia no uso de fontes financeiras. Gastão de Melo de Matos (1890-1971), da União Nacional, muito ligado a Marcelo Caetano, dedicou-se ao estudo da instituição militar e foi responsável por várias entradas sobre o exército e armada no DHPJS. O cónego Avelino de Jesus da Costa (1908/2000) e a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

sua tese de doutoramento (1959) sobre *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2 vols, a que acresce o *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*. Maria Adelaide Salvador Marques dedicou-se à mesa censória, “A Real Mesa Censória e a cultura nacional, aspetos da geografia cultural portuguesa no século XVIII” (1963) em que descreve a organização, funcionamento, funcionários, competências, missão e a direção dos estudos menores. Franz-Paul de Almeida Langhans (1908/1986), secretário particular de Oliveira Salazar (1951-1961), depois quadro da FCG, publicou *Estudos de Direito*, (1967), coletânea de artigos alguns relacionados com a história das instituições, *A Casa dos Vinte e quatro de Lisboa, subsídios para a sua História*, (1948); *As Posturas*, (1938); *As Corporações dos Ofícios Mecânicos, Subsídios para sua história, 2 vols; História das Instituições de Direito Público, Fundamentos Jurídicos da Monarquia Portuguesa* (1950) e *A administração municipal de Lisboa durante a primeira dinastia* (1951) para além da intensa colaboração no DHPJS com verbetes sobre diversas instituições político-administrativas. Alfredo Pimenta (1882-1950) com *As liberdades municipais no século xv*, (1944) e as “As cortes antigas em Portugal” em *Subsídios para a História de Portugal*, Lisboa (1937); José Pinto Loureiro (1885/?) e *Administração Coimbrã no século XVI* (1942) e *A Casa dos Vinte e Quatro de Coimbra* (1937); José H. Saraiva e a *Evolução Histórica dos Municípios Portugueses*, 1957; António Cruz (1911-1989) e *Os Mesteres do Porto*, 1943, na comemoração do X Aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional; Maria Teresa Campos Rodrigues, *Aspetos da Administração Municipal de Lisboa, no século XV*, UL, 1962; Artur de Magalhães Basto (1894-1960), *História da Santa Casa de Misericórdia do Porto*, 1934; Godofredo Ferreira (1886-1981), *A Mala Posta em Portugal: algumas notas para a sua história*, 1946; Eduardo de Noronha (1859-1948), *Origens da Guarda Nacional republicana*, 1950; Rui de Azevedo (1889-1976) “A Chancelaria Régia Portuguesa nos séculos XII e XIII, linhas gerais da sua evolução”, 1940; José da Silva Ramos (1883-1939) *A Misericórdia de Lisboa*, 1931; Caetano Gonçalves (1868-1947), *Supremo Tribunal de Justiça: Memória Histórico-Crítica no Primeiro Centenário da sua Fundação* (1832-1932), Coimbra, 1932; José Mendes da Cunha Saraiva, *A Administração superior da Fazenda e os seus ministros*, Lisboa, Ministério das Finanças, 1952. Um campo bastante escolhido foi o da Igreja, com Miguel de Oliveira (1897/1968), *História Eclesiástica de Portugal*, 1940, *As paróquias rurais portuguesas*, 1950; Afonso Zuquete (1909/?), *Leiria: Subsídios para a História da sua Diocese*, 1943; Eduardo Brasão (1907-1987), *Subsídios para a História do Patriarcado de Lisboa: 1716-1740*, 1942; Serafim Leite (1890-1969), *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1938; A. Gonçalo Matoso (1896-1975), *A paróquia, sua evolução histórica e influência civilizadora*, 1963; António Ferreira Pinto (1871-1949), *O cabido da Sé do Porto: subsídio para a sua história*, 1940; P. M. Laranjo Coelho (1877-1969), FDUC, professor do liceu e do curso de Biblioteconomia e Arquivística da FLUL, conservador na torre do tombo, foi um acérrimo defensor da história local como se pode ver em *As monografias locais na literatura histórica portuguesa*, 1935; Alexandre Lucena e Vale (1896-1978), *Génese e evolução do município português*, 1973 e *História e*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

municipalidade, 1967; e Albino dos Santos Lapa (1898-1968), com *História da Polícia de Lisboa*, 1964, *Para a história dos governadores civis de Portugal*, Guimarães, 1958 e *Subsídios para a história da Polícia de Segurança Pública do Porto*, 1955.

Mas a grande obra historiográfica do Estado Novo foi, sem dúvida, a extensa *História de Portugal* dirigida por Damião Peres (10 vols publicados entre 1928 e 1981, os primeiros nove entre 1928 e 1954) editada pela Portucalense Editora, de Barcelos, e o volume 10º (1981) da responsabilidade Franco Nogueira sobre o período entre 1933 e 1973. A marca diacrónica desta história centra-se na ideia da «evidência» da soberania portuguesa: a Batalha da S., Mamede (1128), o Tratado de Paz com Castela (1411), a morte de D. João III (1557), a Restauração (1640), o fim do reinado de D. Maria I (1816), o fim do sidonismo (1918), A Constituição Corporativa (1933) e a revolução de abril (1974). A obra é dedicada “à memória dos nossos Maiores”, glorifica a “nação independente” e pretende apresentar “a história de um grande Povo, de uma grande Nação” e seria, por isso, louvada pelo Ministério da Instrução Pública (1934) e premiada com diplomas de honra, designadamente na exposição colonial portuguesa (1934). Trata-se, portanto, de uma história imbuída do nacionalismo característico do Estado Novo longe, contudo, de um empreendimento ideológico, relevada pela diversidade e categoria científica de alguns dos seus colaboradores e onde predomina uma conceção positivista em que o funcionamento concreto das instituições ofusca, com raras exceções, o ordenamento jurídico e o quadro de competências das mesmas.

Cada uma das cinco “Épocas” apresenta uma divisão em “partes” organizadas em capítulos. As “partes” tratam de realidades diferentes (política, economia, organização social, descobrimentos, etc.), não sendo homogénea a organização temática ao longo da obra. Todas as épocas abrem com a “parte” relativa à história política, mas, no que às “instituições” diz respeito, importa referir que na primeira época a “organização social e administração pública” constituem uma “parte” autónoma, enquanto nas épocas seguintes as instituições políticas e administrativas se diluem na história política, ao passo que se autonomizam as “instituições de cultura” ou as “instituições de assistência”, por vezes tratadas todas elas numa mesma “parte” da respetiva época. Vejamos, então, os historiadores que se debruçaram sobre as instituições.

A começar por Paulo Merêa (ver referências anteriores), responsável pelo tratamento da “organização social e administração pública” analisa o quadro institucional, procurando captar e caracterizar o tecido social resultante da ordenação jurídica do país. Traça um quadro geral do “regime senhorial” com uma abordagem ao regime jurídico da propriedade e dos grupos sociais. A “administração central” é caracterizada com rigor e pormenor, analisando as funções e competências dos principais oficiais da corte, órgãos de aconselhamento do rei (cúria régia e conselho), incluindo também a organização e funcionamento dos tribunais superiores. As Cortes são abordadas com profundidade no que se refere à sua origem, composição, atribuições e valor político. A administração local e as instituições municipais são



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

objeto de capítulo próprio, onde a influência de Herculano é expressamente referida. Traça um quadro completo dos concelhos e dos funcionários municipais, bem como dos representantes do poder central ao nível concelhio e regional (corregedores), chamando a atenção para as disparidades existentes entre o Norte e o Sul do país nos primeiros tempos da monarquia. As fontes de direito e as instituições judiciais são objeto de análise à parte, bem como a condição jurídica dos judeus e mouros. Em suma, pode dizer-se que ultrapassa largamente uma visão meramente jurídico-legal das instituições e procura captar o seu funcionamento e o papel que desempenharam na sociedade.

Um outro, Damião Peres (1889/1976, UP e UC), além da direção da obra é também autor (e em certos casos coautor) dos capítulos de história política da segunda à quinta épocas. É sobre o período liberal que mais incide a sua análise, cuja abordagem institucional se dilui no conjunto da história política, caracterizada por longas descrições de acontecimentos, factos e atitudes pessoais das figuras políticas mais relevantes. As instituições políticas e administrativas são abordadas no seu funcionamento e não nos contornos jurídico-legais que as regulamentam. Tratando de um período em que foram aprovados três textos constitucionais (Constituições de 1822 e de 1838 e Carta Constitucional de 1826), em lado algum se analisam as normas constitucionais ou as diferenças entre elas, sendo necessário apreender as mesmas, de forma difusa, nas descrições que dão conta do seu funcionamento ou dos episódios políticos que nele têm lugar. Exemplificando, ao noticiar a aprovação da Constituição de 1838, refere que o novo estatuto constitucional, “abandonando o radicalismo da Constituição de 1822, não menos se afastava da Carta Constitucional no tocante às prerrogativas da Coroa”, sem contudo descrever qualquer dos textos em causa (Vol. VII, p. 271). Se o poder central não é caracterizado nos seus contornos jurídicos e institucionais, menos o são as instituições judiciais, administrativas, ou militares. Já no período correspondente à I República e ao início do Estado Novo, que constitui o Suplemento publicado em 1954 (quase 20 anos depois do último volume, que terminava na 1ª Grande Guerra), o poder central é abordado de forma mais minuciosa. São objeto de análise não apenas a Constituição de 1933, nos contornos que estabelece para a organização do poder central, mas também a legislação dela decorrente, designadamente o Estatuto do Trabalho Nacional e os diplomas regulamentadores das Casas do Povo, dos Grémios e dos Sindicatos Nacionais. Não chega a analisar as instituições da administração periférica do Estado.

Da participação de Ângelo Ribeiro (UP) destacam-se duas vertentes: a da história política, parcialmente tratada na segunda, quarta e quinta épocas, e a da história das instituições de assistência que analisa ao longo de toda a obra. No que respeita à história política, é particularmente relevante a sua abordagem da implantação da república e a análise que faz da Constituição de 1911. Ao contrário de outros autores, Ângelo Ribeiro fornece-nos uma caracterização do sistema político consagrado na constituição republicana, analisando com algum detalhe os diversos poderes e a sua articulação, bem como as competências de cada um. Embora não chegue a tratar de instituições administrativas ou judiciais, refere as leis publicadas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

com a instauração da república que afetaram a sociedade, designadamente as leis da família, as reformas do ensino superior ou as alterações aos regulamentos militares. Vislumbra-se, assim, uma conceção de história que concede às instituições político-administrativas a alteridade resultante da sua existência legal, independentemente das formas de funcionamento que possam vir a ter. As instituições de assistência merecem uma atenção especial nas épocas moderna e contemporânea, como as albergarias, gafarias, hospitais, misericórdias, orfanatos, casas de reforma, asilos, a Casa Pia, creches, dispensários e lactários. As abordagens vão no sentido de distinguir o carácter público ou privado de cada instituição, de apresentar os respetivos quadros regulamentares e de caracterizar o papel social por elas desempenhado, bem como os resultados obtidos e as vicissitudes por que passaram.

Quanto a Joaquim de Carvalho (UC) ocupa-se brevemente das instituições políticas oitocentistas, particularmente do poder central e seu funcionamento. Mas é no tratamento das instituições de cultura que mais se distingue. A época medieval e moderna são estudadas em pormenor no que respeita a instituições escolares, ao nível dos ensinos elementar e médio. Escolas catedrais e monacais são caracterizadas na sua organização e funcionamento, salientando-se o seu papel social e cultural ao longo do tempo. A UC ocupa boa parte das preocupações do historiador. Desde a fundação à organização e funcionamento, passando pelas suas vicissitudes até ao reinado de D. João III, a instituição universitária é abordada nas diversas vertentes, dos Estatutos aos planos de estudos e à governação interna. Também a criação e regulamentação da UE merecem a atenção de Joaquim de Carvalho, cujo conceito de instituição cultural não se limita aos aspetos jurídico-regulamentares, mas procura igualmente captar o papel cultural, social e mesmo político desempenhado por cada organização ao longo do respetivo percurso.

Newton de Macedo (UP), preocupado em auscultar as correntes reformadoras e a receção dos ideais de modernidade que orientaram as transformações da cultura em Portugal, dá particular atenção à reforma pombalina das instituições culturais e de ensino, desde os “estudos menores” à Universidade. A criação, a regulamentação e o papel da ARCL, bem como da Real Biblioteca Pública de Lisboa, merecem igualmente a análise do historiador. Também o desenvolvimento do ensino artístico, com a criação das Aulas de Desenho em Lisboa e no Porto, assim como os estudos militares, com a criação da Academia Real da Marinha e do Colégio Militar, merecem abordagens tendentes a apreender as respetivas regulamentações e o papel social que desempenharam. O desenvolvimento do ensino público e da cultura levado a efeito pelo Setembrismo é analisado com rigor e pormenor, com destaque para a criação e/ou desenvolvimento do ensino técnico e médico-cirúrgico. Também o Curso Superior de Letras e os institutos industriais e comerciais merecem análise quanto à criação, regulamentação e funcionamento, ao mesmo tempo que as reformas do ensino levadas a cabo pela República são globalmente caracterizadas. Tem sempre presente a preocupação de apreender os movimentos culturais e ideológicos subjacentes às transformações institucionais.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Finalmente, a António Baião, Diretor da Torre do Tombo, coube o tratamento da Inquisição e da Companhia de Jesus, esta abordada desde a sua introdução e desenvolvimento em Portugal até ao papel que desempenhou na propagação do cristianismo no Oriente e no Brasil, sem esquecer a importante relação da Companhia com o poder régio. Quanto à Inquisição, apresenta o autor toda a história da criação do tribunal, a sua regulamentação e funcionamento, sem esquecer as lutas internas e os litígios entre a Corte portuguesa e a Cúria Romana a propósito desta nova instituição. A ação do tribunal é descrita desde a fase de “benevolência” à fase de “violência”, com recurso aos instrumentos jurídicos e eclesiásticos (bulas e breves papais) que vão moldando a função inquisitorial. A análise estende-se ao funcionamento do tribunal e à sua relação com o poder político, ou seja, uma abordagem global da instituição e do papel que desempenhou no contexto político-social da época.

Embora abundantes, as publicações na área educativa e cultural, tanto na I República como no Estado Novo, são muito poucas as que abordam a temática das instituições, ficando pelos aspetos pedagógicos ou de política educativa e publicaram-se colectâneas de legislação e, no Estado Novo, muitos dados estatísticos. Apesar de tudo, é de assinalar Alfredo Bensaúde (1856/1941) *Notas Histórico-Pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico* (1922). A primeira parte é dedicada à evolução do instituto, à comparação com outras escolas estrangeiras, aos dados estatísticos relativos a alunos e a professores. A segunda aos processos pedagógicos e aos trabalhos práticos. Utiliza fontes estatísticas e documentos do arquivo da própria instituição. Borges Grainha (1862/1925) com o prefácio à *História do Colégio de Campolide da Companhia de Jesus*, contada pelos próprios (1913), é um libelo contra os jesuítas que serviu de base à discussão sobre os crimes dos jesuítas na Câmara dos Deputados e no Senado. Utilizou fontes bibliográficas, imprensa e fontes do colégio. Bernardino Machado (1851/1944), *A Universidade de Coimbra* (1908) predomina a crítica política e um historial da universidade com base em fontes bibliográficas e do arquivo da UC. Pedro José da Cunha (1867/1945), *A Escola Politécnica de Lisboa* (1937) é uma obra para celebrar o centenário da Escola Politécnica. Não traz nada de novo face a outros trabalhos semelhantes. Augusto Joaquim Alves dos Santos (1866/1924), *O Ensino Primário em Portugal nas suas relações com a História Geral da Nação* (1913) com um historial da institucionalização do ensino primário para, em seguida, se centrar na reforma de 1911. Utiliza fundamentalmente fontes legislativas. E Luis de Pina (1901/1972), *Faculdade de Letras do Porto. Breve História*, (1968). No campo da cultura de referir Gustavo de Matos Sequeira (1880-1962) com a *História do Teatro Nacional Dona Maria II*, 1955 e *O Palácio Nacional da Ajuda: Resenha Histórica*, Lisboa, Direção-Geral da Fazenda Pública, 1961. De assinalar, ainda, o contributo dos historiadores do direito (ver desenvolvimento deste tema em verbete próprio neste DHP) de que destacamos Guilherme Braga da Cruz (1916-1977), *Direitos da Família*, Coimbra, 1942; Adriano Pais da Silva Vaz Serra (1903-1989), *A enfiçuse no direito romano, peninsular e português*, 1926 (tese de doutoramento); António Pinto de Meireles Barriga (1897-1972), *As servidões prediais em direito peninsular e*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

português, 1932; Cabral de Moncada (1888-1974), “A posse de «Ano e Dia» e a prescrição aquisitiva nos costumes municipais portugueses, 1926; “O «século XVIII» na legislação de Pombal”, 1925 e o “O «Tempo», o «Trastempo» e a prescrição aquisitiva nos costumes municipais portugueses”, 1929.

Para terminar, tomemos como observatório o *Dicionário de História de Portugal* (publicado entre 1963 e 1971) dirigido por Joel Serrão, historiador com formação literária e alinhado com os *Annales*. O que nos diz esta monumental obra sobre as instituições e o perfil dos seus historiadores nas vésperas do 25 de abril de 1974?

Ao contrário do que estava a acontecer com as investidas em temas corporativos, o DHPJS não se ocupou exageradamente desta matéria, com exceção da Casa dos Vinte e Quatro, das assembleias em Cortes (parece, de facto, uma escolha planeada e estratégica) e do recenseamento de ofícios e cargos (advogado, meirinho, mester, mestre, archeiro, contador-mor, calafate, correiro, cerieiro, estivador, freeiro, almotacé, almoxarife, camareiro, chanceler, escrivão da sisa, vedores da fazenda, alcaide, alferes, capitão, condestável, escudeiro, estribeiro-mor, general, marechal, mordomo, capitão-donatário, almirante, esmoler-mor, corregedor, desembargador, juiz do povo, juiz de fora, ouvidores, tabeliães, vereadores). O mesmo se passou com a administração local onde não é escolhida sequer a câmara de Lisboa, apenas uma entrada geral sobre concelhos e artigos sobre a almotaçaria, almoxarifado e direito de correição. Não há, também, uma incursão particular no campo económico e financeiro, somente verbetes muito gerais sobre bancos, fábricas, Companhias Comerciais e duas especificidades relativas ao Pinhal de Leiria e às Lezírias do Tejo e Sado.

O tema mais abundante continuou a ser o das instituições da administração central num rol numeroso de entradas: Conselho de Guerra, Junta do Comércio, Real Mesa Censória, Correios e Postas, Casa dos Contos, Casa da Mina, Terreiro do Trigo, Casa da Índia, Arsenal da Marinha, Chancelaria Régia, Casa do Cível, Desembargo do Paço, Erário Régio, Escrivão da Puridade, Conselho de Estado, Conselho da Fazenda, Conselho Ultramarino, Ministério dos Negócios da Fazenda, Mesa da Consciência e Ordens, Conselho de Ministros, Ministério Público, Mesa da Consciência e Ordens, Junta de Providência Literária, Academia Real da Marinha, Conselho Real, Ministério do Reino, Sociedade de Geografia de Lisboa, Guarda Nacional Republicana e Casa da Suplicação. Surpreende, contudo, a ausência da Assembleia Nacional Constituinte, Câmara dos Deputados, Câmara dos Pares, Governo Civil, Junta dos Três Estados e Casa da Relação do Porto, para não referir as instituições de charneira do Estado Novo. Ao lado desta panóplia encontramos, ainda, instituições nucleares da monarquia como as Casas dos Grandes (Áustria e Portugal, Cadaval, Bragança, Rainhas e Infantado).

Sobre a administração colonial são referidas as capitanias do Brasil, a Casa de Ceuta e entradas gerais sobre bandeirantes, engenho e donatarias. Ausentes as restantes colónias e o complexo da rede dos governadores-gerais e locais, incluindo o regime de vice-rei. As instituições eclesíásticas estão razoavelmente bem representadas com entradas sobre o Patriarcado, deão, cônego, colegiada, bispado,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

arcebispado, cabido, capítulos, abadias, constituições, Bula da Cruzada e respetiva junta, paróquia, diocese, Tribunal do Santo Ofício, convento e comendas. A que se associam as Ordens Militares, Religiosas e Honoríficas como a de Cristo, Calatrava, Santiago, Cister, Beneditinos, Cartuxos, Cluny, Ordem dos Hospitalários. Quanto às associações políticas encontramos verbetes para os partidos nascidos no liberalismo (Republicano, Unionista, Progressista, Regenerador, Socialista) e uma chamada para a maçonaria. Uma atenção breve sobre as instituições assistenciais com entradas para misericórdias, gafarias, Casa Pia, acontecendo o mesmo com as educativas, onde encontramos entradas gerais sobre universidade, estudos menores e instrução pública, cabendo a particularidade à Universidade de Évora, ao Colégio dos Nobres e à Escola Politécnica.

No conjunto de colaboradores contamos cinco académicos do Norte (3FLUP, 1 da FMUP e 1 da FEUP), onze académicos do Sul (6 da futura FCShul e 5 da FLUL), cinco do Centro (FLUC), nove professores de História do Liceu e colégios, sete investigadores de História, um académico da FDUL e dois metodólogos de História. Ou seja, num grupo de 40 colaboradores contamos apenas um diplomado em Direito, os não universitários representam 18 colaboradores (45%) e os que não pertencem à área científica de história são em número insignificante (dois). O DHPJS é, assim, a primeira grande obra coletiva que não conta com *justos historiadores* e combina universitários com investigadores e professores de liceu e/ou colégios, portanto, um observatório único na medida em que contrabalança com o legado jurídico do passado. Apesar de tudo não podemos dizer que o DHPJS tenha evidenciado, de uma forma geral, uma mudança significativa quanto ao sentido da produção sinalizada desde os finais do século XVIII. Podemos, assim, afirmar que, de uma forma geral, a historiografia institucional manteve as mesmas características heurísticas e hermenêuticas desde o século XIX até ao final do Estado Novo.

A «nova história institucional» teria que esperar pelos trabalhos de António Manuel Hespanha (década de 80) a partir dos quais surgirão tendências e modelos de interpretação que acompanharão a revolução epistemológica operada em diversas ciências sociais (em especial a sociologia, filosofia, psicanálise, história, psicologia e antropologia) sobre os fenómenos relacionados com a sociedade e o(s) poder(es), enquanto as linhas de continuidade da historiografia institucional encontraram expressão significativa nas obras de autores como Mário Júlio de Almeida Costa, Martim de Albuquerque e Nuno Espinosa Gomes da Silva.

Bibliografia: ANDRADE, Abel, “O poder real (séculos XIV-XVIII). Integração do absolutismo”, *Instituto*, n.º 40, 1892, pp. 210-240; ANDRADE, Fortunato de Almeida Pereira de, *História das Instituições em Portugal*, Coimbra, Imprensa Académica, 1900; ID., *História de Portugal*, Coimbra, Imprensa Académica, 1910; ID., *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, Imprensa Académica, 1910-1915, 3 vols.; ÁVILA, Joaquim Thomaz Lobo de, *Estudo de Administração*, Lisboa, Typographia Universal, 1874; AZEVEDO, L. Gonzaga de, *Cortes de Guimarães*, 1934; AZEVEDO, Rui de, “A Chancelaria Régia Portuguesa nos séculos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

XII e XIII, linhas gerais da sua evolução”, *Revista da UC*, vol. XIV, 1940, 54p.; BAIÃO, António, CIDADE, Hernâni, MÚRIAS Manuel, direção (1940), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1940; BARRIGA, António Pinto de Meireles, *As servidões prediais em direito peninsular e português*, Lisboa, ISCEF, 1932; BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Lisboa, 1885-1922, 4 vols.; BASTO, Artur de Magalhães, *História da Santa Casa de Misericórdia do Porto*, Porto, 1934; BENSÁUDE, Alfredo, *Notas Histórico-Pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922; BRAGA, Teófilo, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*, Lisboa, ARC, 1892-1902, 4 vols.; BRASÃO, Eduardo, *Subsídios para a História do Patriarcado de Lisboa:1716-1740*, Porto, Tipografia A Portuense, 1942; CAETANO, Marcelo, “A Codificação Administrativa em Portugal (Um Século de Experiência, 1836-1935)”, revista da FDUL, n.º 2, 1934, pp. 5-88; ID., *Notas para uma Memória sobre o Conselho Ultramarino*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1938; ID., “As reformas pombalinas e pós-pombalinas respeitantes ao ultramar. O novo espírito em que são concebidas”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1940, vol III, cap III e VII; ID., “O Governo e a Administração Central após a Restauração”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1940, vol III, pp.189-198; ID., “O Município em Portugal”, *Revista Municipal*, nº 4, Lisboa, 1940; ID., *História do Direito Português*, Lisboa, 1941; ID., “A Antiga Organização de Mesteres na Cidade de Lisboa”, prefácio a Franz-Paul de Almeida Langhans, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos, Subsídios para sua história*, Lisboa, 1943; ID., *Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943; ID., “A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia (1109-1383)”, revista da FDUL, n.º 7, 1950, pp. 5-112; n.º 8, 1951, pp. 149-212; ID., *As Cortes de 1385*, Coimbra, 1951, também *Revista Portuguesa de História*, tomo 5; ID., *O Concelho de Lisboa na Crise de 1383-85*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1953; ID., “Três Livros sobre História da Administração Pública”, revista da FDUL, vol. IX, 1954, pp. 5-29; ID., *As Cortes de Leiria de 1254: Memória Comemorativa do VII Centenário*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1954; ID., prefácio, *Regimento dos Oficiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1955; ID., *Lições de História do Direito Português*, Coimbra Editora, 1962; ID., “Subsídios para a História das Cortes Medievais Portuguesas”, revista da FDUL, vol xv, 1961-2, pp. 7-38; ID., *História Breve das Constituições Portuguesas*, Lisboa, 1965; ID., *O Conselho Ultramarino: Esboço da sua História*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967; ID., “Os antecedentes da Reforma Administrativa de 1832 (Mouzinho da Silveira)”, *Revista da FDUL*, vol. XXII, 1968, pp. 5-113; ID., *Manual do Direito Administrativo*, Coimbra, Almedina, 1980; CALDAS, José Ernesto de Sousa, *História da Origem e Estabelecimento da Bula Cruzada em Portugal, desde a sua introdução no Reino, em 1197, até à data da última reforma do seu estatuto orgânico em 20 de Setembro de 1851*, Coimbra, Coimbra Editora, 1923; CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de, *Memoria Historica da Faculdade de Philosophia*, Coimbra,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Imprensa da Universidade, 1872; CHAGAS, Manuel Pinheiro, *História de Portugal desde os tempos mais remotos até à actualidade, escrita segundo o plano de Ferdinand Denis por uma Sociedade de Homens de Letras* (8 vols). Lisboa: Tip. Franco-Portuguesa, s.d.; ID., *História de Portugal popular e ilustrada*, continuada por J. Barbosa Colen, Marques Gomes e Alfredo Gallis (14 vols), 3ª ed. Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1899-1909; COELHO, F. Adolfo, *Alexandre Herculano e o Ensino Público*, Lisboa, J.A. Rodrigues & Ca, 1910; ID., “Para a História da Instrução Popular”, *Revista de Educação e Ensino*, Lisboa, 1895; COELHO, P. M. Laranjo, *As monografias locais na literatura histórica portuguesa*, Lisboa, Academia das Ciências, 1935; COSTA, António, *A Instrução Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870 ; ID., *História da Instrução Popular em Portugal desde a fundação da monarquia até aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871; COSTA, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra, FLUC, 1959, 2 vols.; CRUZ, António, *Os Mesteres do Porto, Subsídios para a História das Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos*, Porto, Empresa Gráfica, 1943; CRUZ, Guilherme Braga da, *Direitos da Família*, Coimbra, Coimbra Editora, 1942; CUNHA, Pedro José da, *A Escola Politécnica de Lisboa*, Lisboa, Faculdade de Ciências, 1937; DIAS, Carlos Malheiro, VASCONCELOS, Ernesto de, GAMEIRO, Alfredo Roque, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1921-1924 (3 vols), edição monumental comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil; FERREIRA, Godofredo, *A Mala Posta em Portugal: algumas notas para a sua história*, Lisboa, Sociedade Astória, 1946; FIGUEIREDO, José Anastácio de, *Synopsis Chronológica de Subsídios, ainda os maiores, para a Historia e estudo critico da Legislação Portugueza*, Lisboa, ARC, 1790; ID., “Memória sobre a Origem dos nossos Juizes de Fora”, *Memórias de Literatura Portugueza*, Lisboa, ARC, Tomo I, 1792, pp. 31-60; FREITAS, Justino António, *Ensaio sobre as Instituições de Direito Administrativo Portuguez*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1859; GODINHO, Vitorino Magalhães, *A historiografia portuguesa – orientação, problemas, perspectivas*, São Paulo, 1955 (*revista de História*, n.ºs 21/22, 1956); GODOLFIM, Costa, *As Misericórdias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897; GONÇALVES, Caetano, *Supremo Tribunal de Justiça: Memória Histórico-Crítica no primeiro centenário da sua fundação (1832-1932)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932; GRAINHA, Manuel Borges, prefácio, *História do Colégio de Campolide da Companhia de Jesus*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913.; ID., *Histoire de la Franc-Maçonnerie en Portugal (1733-1912)*, Lisboa, A Editora, 1913; HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R., “As três versões do neo-institucionalismo”, *Lua Nova*, n.º 58, 2003, pp. 193-223; HERCULANO, Alexandre, *Da Escola Politécnica e do Colégio dos Nobres*, Lisboa, A. Herculano, 1841; ID., *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859-1864, 2.ª edição, 3 vols; ID., *História de Portugal desde o começo da monarchia até ao fim do reinado de Affonso III*, Lisboa, Viúva Bertrand e Filhos, 1863-1868, 4 vols (3.ª edição); HESPANHA, António Manuel, *A História do Direito na História Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978; ID., “Historiografia jurídica e política do direito (Portugal, 1900-50)”, *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, pp. 795-812; ID.,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

“Introdução bibliográfica à história do direito português”, Boletim da FDUC, 49 (1974), 50(1974) e 55 (1979); ID., *História das Instituições, Época medieval e moderna*, Coimbra, Almedina, 1982; ID., “A historiografia jurídico-institucional e a «morte do estado»”, *Anuário de Filosofia del Derecho*, Madrid, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, 1986, pp. 191-227; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1985), “Gama Barros, historiador das instituições administrativas”, *Revista da FLUP*, História, 2.^a série, 1985, pp. 235-247; ID., «Do Liberalismo à República ou um Tempo de Oportunidades Perdidas: para um perfil do “historiador português” de Oitocentos», *Revista Portuguesa de História*, 42 (2011), pp. 85-94. Também in MARINHO, Maria de Fátima; AMARAL, Luís Carlos; TAVARES, Pedro Vilas-Boas (Coord.) – *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*, Porto, Fac. Letras / UP, 2013, pp. 115-124; LANGHANS, Franz-Paul de Almeida, *As Posturas: Estudos de Direito Municipal*, Lisboa, FDUL, 1937; ID., *As Corporações dos Ofícios Mecânicos, Subsídios para sua história*, Lisboa, 1943-46 (2 vols.); ID., *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1949; ID., “*História das Instituições de Direito Público, Fundamentos Jurídicos da Monarquia Portuguesa*”, Boletim do MJ, n.º 20, 1950, pp. 65-148 e n.º 21, 1950, pp. 37-73; ID., *A administração municipal de Lisboa durante a primeira dinastia*, revista da FDUL, vols. VII e VIII, 1951; LAPA, Albino dos Santos, *Subsídios para a história da Polícia de Segurança Pública do Porto*, Lisboa, Tipografia Astória, 1955; ID., *Para a história dos governadores civis de Portugal*, Guimarães, 1958; ID., *História da Polícia de Lisboa*, Lisboa, Gráfica Santelmo, 1964; LARANJO, José Frederico, *Princípios e Instituições de Direito Administrativo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894; LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, Livraria Portugália, 1938; LOUREIRO, José Pinto, *Casa dos Vinte e Quatro de Coimbra: Elementos para a sua História*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1937; ID., *Administração Coimbrã no século XVI*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1942; LUZ, Francisco Paulo Mendes da, *O Conselho da Índia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952; MACHADO, Bernardino, *A Universidade de Coimbra*, Coimbra, tip. França Amado, 1908; MANIQUE, António Pedro, *Mouzinho da Silveira, Liberalismo e Administração*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989; MARQUES, A.H. de Oliveira, org., *Antologia da Historiografia Portuguesa*, Mem Martins, Europa-América, 1974; MARQUES, Maria Adelaide Salvador, “A Real Mesa Censória e a cultura nacional, aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII”, Coimbra, Boletim da Biblioteca da UC, 1963, vol. XXVI, pp. 87-99; MATOS, Gastão de Melo de, “Nota sobre os postos no exército português”, *Arqueologia e História*, vol. VIII, Lisboa, 1932, pp. 5-26; MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional (1846-1898)*, Lisboa, Colibri, 1998; MATOSO, A. Gonçalo, *A paróquia, sua evolução histórica e influencia civilizadora*, Lisboa, 1964 e *Lumen*, n.º 37, 1963, pp. 447-460; MAURÍCIO, Carlos, *A Invenção de Oliveira Martins. Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005; MERÊA, Manuel Paulo, *O Poder Real e as Cortes*, Coimbra, Coimbra Editora, 1923; ID., “Da Minha Gaveta, Os Secretários de Estado do Antigo Regimen”, Boletim da FDUC, vol. XL, Coimbra, 1964, pp. 191-202; MILLARD, Eric, “Hauriou et la théorie de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

l'institution", *Droit et Société*, nº 30/31, 1995, pp. 381-412; MONCADA, Luís Cabral de Oliveira de, "A posse de «Ano e Dia» e a prescrição aquisitiva nos costumes municipais portugueses", *Boletim da Faculdade de Direito*, 10, 1926-28, pp. 121-149; ID., "O «século XVIII» na legislação de Pombal", *Boletim da Faculdade de Direito*, 9, 1925-26, pp. 167-202; ID., "O «Tempo», o «Trastempo» e a prescrição aquisitiva nos costumes municipais portugueses", *Boletim da Faculdade de Direito*, 11, 1929, pp. 16-60; MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão, *Memória sobre Os Escrivães da Puridade dos Reis de Portugal, e do que a este officio pertence*, Lisboa, 1835; ID., "Memória sobre os Chancelleres Mores de Portugal, considerados como primeiros Ministros do despacho e expediente dos nossos Soberanos", *Memórias da ARCL*, vol. XII, 1837, pp. 91-107; ID., "Memória sobre os Secretários dos Reis e Regentes de Portugal desde os antigos tempos da Monarquia até à aclamação de el-Rei D. João IV", Lisboa, *Memórias da ARCL*, 1844; ID., *Memórias de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, começadas a escrever por ele mesmo em princípios de Janeiro de 1824 e terminadas em 15 de Julho de 1835*, revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933; NORONHA, Eduardo de, *Origens da Guarda Nacional Republicana*, Lisboa, GNR, 1950; OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Tipografia Universal, 1882-11911, 17 vols; OLIVEIRA, Frei Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa composto pelo padre Frey Nicolao d'Oliveira, religioso da Ordem da Sanctíssima Trindade, e natural da mesma cidade, dirigido a D. Pedro d'Alcáçova, alcaide mor das três villas, Campomayor, Ongvella, e Idanha a Nova, e comendador das Idanhas*, Lisboa, Imprensa Régia, 1804; OLIVEIRA, Miguel de, *História da Igreja: resposta a um crítico ou crítica duma resposta*, Lisboa, União Gráfica, 1938 ; ID., *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, União Gráfica, 1940; ID., *As paróquias rurais portuguesas, sua origem e formação*, Lisboa, União Gráfica, 1950; PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, editores (1904), *Diccionario Histórico, Chorografico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico...* Lisboa, João Romano Torres, 1904-1915, 7 vols; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva, *Diccionario Jornalístico Portuguez*, Lisboa, ACL, 1889 (edição em DVD, Academia das Ciências & Impresa, 2009, coordenação de José Subtil); PERES, Damião, dir, *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense, 1928-1981, 10 vols (os primeiros 9 vols publicados entre 1928 e 1954); PIMENTA, Alfredo, "As Cortes Antigas em Portugal", *Subsídios para a História de Portugal: Textos & Juízos Críticos*, Lisboa, Edições Europa, 1937, pp. 387-487; ID., "As liberdades municipais no século xv", *Boletim Arquivo Municipal de Guimarães*, n.º 9, 1944, pp.1-9; PINA, Luís de, "Expansão Hospitalar Portuguesa Ultramarina", *Brotéria*, n.º 36, 1943, pp. 388-440; ID., *Faculdade de Letras do Porto. Breve História*, Porto, Gráfica do Porto, 1968; PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Exposição synoptica do systema geral da fazenda pública em Portugal: segundo a legislação vigente e em conformidade com a Carta Constitucional da Monarchia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1847; PINTO, António Ferreira, *O cabido da Sé do Porto: subsídio para a sua história*, Porto, Câmara Municipal, 1940; RAMOS, José da Silva, *A Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Tipografia da



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Misericórdia, 1931; RAU, Virgínia de Bivar Robertes, *A Casa dos Contos*, Coimbra, Tipografia Atlântida, 1951; REIS, Pascoal José de Melo Freire dos, *Instituições de Direito Civil Português*, tradução portuguesa de Miguel Pinto de Menezes, Boletins do Ministério da Justiça n.º 162 (1967), pp. 31-139; n.º 163 (1967), pp. 5. 123; n.º 164 (1967), pp. 17-147; n.º 165 (1967), pp. 36-156; n.º 1566 (1967), pp. 45-180; n.º 168 (1967), pp. 27-165; n.º 170 (1967), pp. 89-134; n.º 171 (1967), pp. 69-168; RIBEIRO, Fernanda, *O Ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista*, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1244.pdf>; RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações Chronológicas e Críticas sobre a História e Jurisprudência Ecclesiástica e Civil*, Lisboa, ARC, 1810-1836 (5 vols); RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, Lisboa, ARC, 1871- 1914, 19 vols; RIBEIRO, Vitor, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Subsídios para a sua história) 1498-1898, Instituição, Vida Historica, Estado Presente e seu Futuro*, Lisboa, ARC, 1902; ID., *História da Beneficência Pública em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907; ROCHA, Manuel António Coelho da, *Ensaio sobre a História do Governo e Legislação de Portugal para servir de Introdução ao Estudo do Direito Pátrio*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1841; ID., *Instituições de Direito Civil Português, para uso dos seus discipulos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1848; RODRIGUES, Maria Teresa Campos, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no século XV*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1962; SÁ, Eduardo Dally Alves de, *Supremo Tribunal de Justiça: Evolução histórica desta Instituição....*Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872; SÁ, José António de, “Sobre a origem e jurisdição dos corregedores das comarcas”, *Memórias da Literatura*, ARCL, vol VII, 1806, pp. 297-307; SAMPAIO, Francisco Coelho de Sousa e, *Prelecções do Direito Pátrio, Público e Particular ...* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1793-1805 (reprodução em António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984); SANTARÉM, Visconde de, *Memórias para a História, e Theoria das Cortes Geraes, que em Portugal se celebraram pelos Tres Estados do Reino, ordennadas e compostas neste anno de 1824*, Lisboa, Imprensa Régia, 1827-8 (nova edição e um estudo de António Sardinha (1924); SANTOS, Augusto Joaquim Alves dos, *O Ensino Primário em Portugal nas suas relações com a História Geral da Nação*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1913; SANTOS, Clemente José dos, barão de São Clemente, *Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889-90 (oito volumes); SARAIVA, José Hermano, “Evolução Histórica dos Municípios Portugueses”, *Problemas de Administração Local*, Lisboa, Centro fde Estudos Políticos Sociais, 1957, pp. 63-120; SARAIVA, José Mendes da Cunha, *A Administração superior da Fazenda e os seus ministros*, Lisboa, Ministério das Finanças, 1952; SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1955), *História do Teatro Nacional Dona Maria II*, Lisboa, 1955; ID., *O Palácio Nacional da Ajuda: Resenha Histórica*, Lisboa, Direção-Geral da Fazenda Pública, 1961; SERRA, Adriano Pais da Silva Vaz, *A enfiteuse no direito romano, peninsular e*

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

português, Coimbra, Coimbra Editora, 1926 (tese de doutoramento); SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e crítica*, Lisboa, Editorial Verbo, 1972-74; SERRÃO, Joel, direcção, *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979 (publicado entre 1963 e 1971); SILVA, Cristina Nogueira da, Xavier, Ângela Barreto e Cardim, Pedro, organizadores (2015), *António Manuel Hespanha, Entre a História e o Direito*, Coimbra, Almedina, 2015; SILVA, Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez* (continuado por Wesceslau de Brito Aranha e J.J. Gomes de Brito), 1858-1958, 25 volumes; SILVA, José Veríssimo Álvares da, “Memoria sobre a forma dos juízos nos primeiros séculos da Monarquia Portuguesa”, *Memórias da ARCL*, 1796; SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1860-1871 (5 vols); SOARES, Torquato Brochado de Sousa, *Subsídios para o Estudo da Organização Municipal da Cidade do Porto durante a Idade Média*, Barcelos, 1935; ID., “As cortes Portuguesas”, *Revista Portuguesa de História*, tomo II, 1943; ID., “A Organização Municipal do Porto no Tempo do Infante D. Henrique”, *Studium Generale*, n.º 7, 1960, pp. 223-241; SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática, militar e política d’este reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890, 19 vols; ID., *História do Cerco do Porto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1846-1849; ID., *História do reinado de el-Rei D. José e da administração do marquez de Pombal.....*, Lisboa, Tipografia Universal, 1867; ID., *Vida do Marquez de Sá da Bandeira e Reminiscência de alguns dos*, Lisboa, Tipografia Viúva Sousa Neves, 1887-1888; SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e, *Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Pratico, remessivo às leis compiladas e extravagantes*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1825-1827, 3 vols.; ID., *Primeiras Linhas sobre o Processo Civil*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1825; TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal, sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996; VALE, Alexandre Lucena e, *História e municipalidade*, Viseu, Tipografia Beira Alta, 1967; ID., *Génese e evolução do município português*, Lisboa, 1973; VILHENA, Tomás Maria de Almeida Manuel de, *A Casa de Bragança, Memória Histórica*, Lisboa, 1886; VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras, termos e phrazes, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram*, Lisboa, 1798-99, reedição de 1983-84, Livraria Civilização, 2 vols.; ZÚQUETE, Afonso, *Leiria, Subsídios para a Historia da sua Diocese*, Leiria, Gráfica, 1943.

José Subtil



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA